

**Impasse.** Em paralisação de 100 dias, representantes de docentes e funcionários criticam proposta e reivindicam 9,78% de aumento; Tribunal Regional do Trabalho realiza hoje audiência de conciliação; ontem, manifestantes pararam as Avenidas Paulista e Rebouças

# Unicamp e Unesp seguem USP e oferecem 5,2% para acabar com greve

Luiz Fernando Toledo

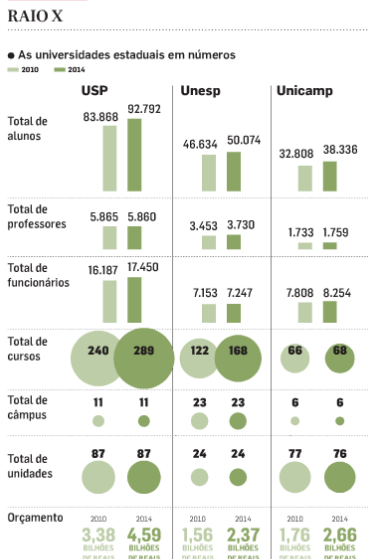
**ESTADÃO**  
**edu**

No dia em que a greve de funcionários e professores chegou a cem dias, o Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) estendeu ontem aos servidores das três instituições de ensino superior do Estado a oferta de reajuste de 5,2% defendida pelo órgão máximo da Universidade de São Paulo (USP). Dirigentes das entidades sindicais da USP, Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), porém, criticaram a proposta.

Em reunião de mais de duas horas, ontem na capital, com representantes do Fórum das Seis – órgão que reúne sindicatos de funcionários e docentes das três universidades –, os reitores propuseram também dividir o índice em duas etapas, em outubro (2,57%) e janeiro (2,57%). O reajuste incidirá sobre o 13º salário.

Os servidores, em greve desde 27 de maio, reivindicam reajuste imediato de 9,78%. Trata-se de uma das maiores paralisações da história das universidades estaduais, deflagrada após o anúncio do congelamento dos salários. A medida foi tomada como uma das alternativas para conter, pretendido, a crise financeira da USP, que gasta mais de 105% de seus recursos com a folha de pagamento.

Uma audiência de conciliação será realizada hoje no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), às 10 horas, para tratar do dissídio da USP. A expectativa dos grevistas é de que a Corte reajuste os salários segundo a inflação do período e pague os valores retroativos a um problema de injustiça, dado que os funcionários se dividem em uma elite que ga-



Fonte: Anuários Estadísticos da USP (USP/SE/CRUESP) e FGV/PROFESSORES

coerentes, deverão dar a inflação”, disse Magno Carvalho, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp).  
Os grevistas devem realizar assembleias para discutir a paralisação após a reunião na Justiça do Trabalho e apresentar uma resposta ao Cruesp na terça-feira.  
Também está marcada uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para discutir as desvinculações do Hospital Universitário (HU) e do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), que fica em Bauru, no interior.  
**Demissão.** Os grevistas também criticaram a decisão do Conselho Universitário da USP de implementar um Plano de Demissão Voluntária (PDV), que valerá para funcionários com mais de 20 anos de carreira. A cada ano trabalhado será ofertado um salário de bônus. O impacto financeiro será de R\$ 400 milhões, mas a reitoria alega que, a longo prazo, o plano vai reduzir em 7,5% o peso dos salários sobre os gastos com servidores.  
Para Carvalho, do Sintusp, a



Em ato. Grevistas da USP, Unicamp e Unesp se encontram

medida “é um projeto de desmonte da universidade”, coordenador do Fórum das Seis e professor da USP, César Minto disse estar “preocupado” com o plano de demissões. “É inaceitável que propostas dessa monta não sejam discutidas com calma”, afirmou.  
**Protesto.** Alunos, professores e servidores das três universidades fizeram ontem uma passeata contra as decisões do conselho da USP. O protesto começou por volta das 10 horas no câmpus Butantã, zona oeste da capital, e seguiu até o Museu de

## Com reajuste, déficit chegará a R\$ 1,15 bilhão

Se aplicado o reajuste escalonado proposto ontem pelos reitores, o déficit da Universidade de São Paulo (USP) ao fim de 2014 será de R\$ 1,15 bilhão. É o dobro do que foi previsto no orçamento aprovado em fevereiro: R\$ 570 milhões. A USP compromete cerca de 105% do que recebe do Tesouro estadual com a folha de pagamento e recorre a suas reservas financeiras para cobrir as despesas.  
O saldo previsto para a poupança no fim do ano, com os gastos extras para o reajuste, será de 1,63 bilhão – 2 bilhões a menos do que havia em junho de 2012. No ano que vem, o déficit previsto também é alto: R\$ 1,1 bilhão, se corrigidos os salários de acordo com a inflação para o período. Com isso, a poupança da universidade cairá para R\$ 638 milhões em dezembro de 2015.  
A expectativa da reitoria, porém, é frear o ritmo de queda das reservas nos anos seguintes com plano de demissão voluntária (PDV), que estimulará a aposentadoria antecipada de 1,7 mil funcionários com benefícios. “No final deste ano, teremos provavelmente um comprometimento (das receitas com salários) maior do que hoje. Mas há medidas (como o PDV) que tendem a compensar isso”, disse o reitor Marco Antonio Zago anteontem. Docentes não participará do programa.

**Estimativa.** Se houver adesão total ao PDV, o comprometimento com a folha deve cair em até 7,5%, mas os efeitos da economia serão sentidos só a partir de 2015. Outras apostas da reitoria para cortar gastos são o estímulo à redução da jornada de trabalho dos servidores, com a diminuição correspondente de salários, e a transferência do Hospital Universitário (HU), na capital, e do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), em Bauru, para o governo do Estado.  
A desvinculação do HRAC foi aprovada na semana passada pelo Conselho Universitário, sob reclamações de grevistas. O reitor do HU, criticado por docentes da Faculdade de Medicina, será discutido na próxima reunião do órgão, no dia 23. Também estão congeladas obras e contratações. Os sindicatos reivindicam que a USP pague mais verbas ao governador Geraldo Alckmin (PSDB), mas Zago descarta essa saída em curto prazo. / VICTOR VIEIRA

**\* ANÁLISE: Marcos Fernandes**

### Mais eficiência e com critérios de justiça distributiva

A crise financeira da USP resuscitou o debate sobre o financiamento da universidade. Em primeiro lugar, a urgência da situação exige um programa de demissão voluntária. A USP contratou funcionários em excesso. Adicionalmente há um problema de injustiça, dado que os funcionários se dividem em uma elite que ga-

nhia 30% acima do mercado e uma maioria que ganha muito pouco. O risco é perder talentos. Mas não há saída.  
Outra medida é dar ao Estado hospitais universitários, que devem seguir públicos, e fazer o mesmo com elefantes brancos inacabados da gestão anterior. No médio prazo, porém, é preciso de reforma da governança. Deve-se pensar em doações de empresas e pessoas para fundos de bolsas, investimentos em infraestrutura, mas evitando ingerência sobre pesquisa e governança.  
Deve-se cobrar mensalidade, nunca para financiar a universidade, mas custear fundos de bolsa aos mais necessitados que ja-

mais pagariam pelos estudos e ainda teriam bolsas, como já há, maiores.  
Universidade paga é questão de eficiência (alunos se formam mais rápido e custam menos) e justiça social (custam menos aos mais pobres). Como Marx dizia: “De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”. A USP faz tudo, menos isso. Quando as universidades crescem, os custos sobem, mas nada impede que sejam geridas com mais eficiência e por critérios de justiça distributiva.  
\* É ECONOMISTA E PROFESSOR DA FGV

**● Reposição**  
Cada uma das universidades tem autonomia para definir como vai repor aulas. O calendário também deve sofrer variações por unidade de adesão à greve.

**NOTA DO EX-REITOR JOÃO GRANDINO RODAS \***

“Os atuais dirigentes da USP propalaram que a universidade estava falida e me indicaram como o responsável por isso. Entretanto, isso não procede. A USP, Unesp e Unicamp têm autonomia financeira e recebem certa porcentagem do ICMS. Obviamente, os impostos aumentam e diminuem de acordo com o desempenho econômico do País; e tem diminuído em razão da recessão.  
No início da gestão reitoral 2010/2013, a USP possuía, em bancos, mais de R\$ 3 bilhões

de dinheiro orçamentário não utilizado. Como universidade não é banco, aplicá-lo adequadamente era dever legal do administrador. Acontece que a administração da USP é composta de pessoas físicas e colegiadas que devem ser consultadas para que o orçamento possa ser gasto. A gestão anterior (da qual eram pró-reitores os atuais reitor e vice-reitor da USP) decidiu aplicar parte desse dinheiro em melhor de infraestrutura (prédios, laboratórios, salas de aula, etc.) e parte no estabelecimento de

quadro de carreira do pessoal administrativo, na implantação dos docentes, bem como no financiamento de pesquisa (a pedido do atual reitor, então pró-reitor de pesquisa).  
Ao terminar meu mandato, da citada reserva, cerca de 1 bilhão e meio estava comprometida com pagamentos futuros; enquanto 1 bilhão restava livre. Tudo isso foi feito com a autorização dos órgãos colegiados indicados pelo Estatuto ou Regimento da USP. Tanto que não houve nenhuma

observação, nem dos pró-reitores, nem dos diretores de unidade, durante quase 4 anos. Com a diminuição do recolhimento do ICMS foi necessário lançar mão das reservas orçamentárias, como em outras administrações havia sido feito. Qual o problema? Esse dinheiro existe para quê? Para dar lucro aos bancos? Por outro lado, o nível de endividamento das demais universidades estaduais paulistas é semelhante ao da USP.  
A atual administração, contudo, preferiu escudar-se no desconhecimento (embora quem esteve na alta administração da USP, se não tomou conhecimento, no mínimo, pecou por omissão), decretou que a USP estava falida e lançou uma cruzada, com características do terror, pós-revolução francesa, para buscar um bode expiatório para imolar, em conjunto com uma proposta de desmonte da instituição.  
A verdade, entretanto, sempre triunfa, forçada pelo Tribunal do Trabalho, a USP acaba de aprovar a reposição salarial

\* O ESTADO HAVIA SOLICITADO UMA ENTREVISTA SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DA USP AO EX-REITOR JOÃO GRANDINO RODAS, QUE ENTENDU O TEXTO ACIMA.